****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,227, Ano 66 Sábado**

**27 de Novembro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**LEIS**

**LEI Nº 17.719, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 685/21, DO EXECUTIVO)**

Dispõe sobre Planta Genérica de Valores,

alterações na legislação tributária municipal,

Contragarantias em Operações de Crédito e

Fundo Especial para a Modernização da Administração Tributária e da Administração

Fazendária no Município de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de novembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2022, a Tabela VI – Tipos e Padrões de Construção – Valores Unitários de Metro Quadrado de Construção e a Listagem de Valores Unitários de Metro Quadrado de Terreno, integrantes da Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986, utilizadas na apuração do valor venal, para fins de lançamento do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano – IPTU, passam a vigorar, respectivamente, na conformidade dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º A partir do exercício de 2022, ressalvado o disposto no art. 4º desta Lei, ficam isentos do Imposto Predial os imóveis construídos:

I - cujo valor venal, na data do fato gerador do imposto, seja igual ou inferior a R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, de Padrões A, B ou C, dos Tipos 1 ou 2 da Tabela V anexa à Lei nº 10.235, de 1986, e cujo valor venal, na data do fato gerador do imposto, seja superior a R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

Art. 3º A partir do exercício de 2022, ressalvado o disposto no art. 4º desta Lei, para fins de lançamento do Imposto Predial, sobre o valor venal do imóvel obtido pela aplicação dos procedimentos previstos na Lei nº 10.235, de 1986, fica concedido o desconto correspondente à diferença entre:

I - R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e 2 (duas) vezes o valor venal do imóvel, para os imóveis construídos não referenciados no inciso II do art. 2º desta Lei, cujo valor venal, na data do fato gerador do imposto, seja superior a R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e inferior a R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

II - R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais) e 2 (duas) vezes o valor venal do imóvel, para os imóveis construídos referenciados no inciso II do art. 2º desta Lei, e cujo valor venal, na data do fato gerador do imposto, seja superior a R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e inferior a R$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais).

Art. 4º As isenções e os descontos previstos nos arts. 2º e 3º desta Lei somente serão concedidos a um único imóvel por contribuinte e não se aplicam para as unidades autônomas de condomínio tributadas como garagem e para os estacionamentos comerciais.

Parágrafo único. Para os efeitos do caput deste artigo, será considerado:

I - o imóvel do qual resultar maior valor de isenção ou desconto;

II - somente o possuidor, quando constarem do Cadastro Imobiliário Fiscal os nomes do proprietário e do possuidor.

Art. 5º A partir do exercício de 2022, o valor unitário de metro quadrado de terreno aplicado para o cálculo do valor venal do terreno, nos termos da Lei nº 10.235, de 1986, fica limitado a R$

14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), para os imóveis construídos, utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, de qualquer dos padrões do tipo 2 da Tabela V da mesma Lei.

Art. 6º O art. 9º da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, passa a vigorar acrescido de §§ 6º a 8º, na seguinte conformidade:

“Art. 9º ...........................................................................

.......................................................................................

§ 6º Excepcionalmente os lançamentos efetuados nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 ficam limitados à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no exercício anterior, conforme última estimativa do Banco Central do Brasil disponível no dia

15 de dezembro do exercício da medição, e limitados a no máximo a 10% (dez por cento) da diferença nominal entre o crédito tributário total do IPTU do exercício do lançamento e o do exercício anterior.

§ 7º O limite de que trata o § 6º deverá ser único para

todos os imóveis.

§ 8º Caso a variação do IPCA, calculada nos termos do § 6º, seja superior ao limite previsto no caput, aplicar- -se-á o referido limite.” (NR)

CAPÍTULO II

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Seção I

Isenção de aposentados e pensionistas

Art. 7º O art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...........................................................................

I - não possui outro imóvel, neste ou em qualquer outro município do país;

II - utiliza efetivamente o imóvel como sua residência;

..............................................................................” (NR)

Seção II

Cadastro de Prestadores de Outros Municípios – CPOM e infrações relativas à NFTS e à ação fiscal

Art. 8º O art. 9º-A da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º-A. O prestador de serviços que emitir nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente autorizado por outro município ou pelo Distrito Federal, para tomador estabelecido no Município de São Paulo, poderá proceder à sua inscrição em cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá permitir que os tomadores de serviços procedam à inscrição dos prestadores de serviços referidos no caput.” (NR)

Art. 9º O art. 14 da Lei nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com nova redação na alínea “f” de seu inciso V, bem como acrescido de §§ 5º e 6º, na seguinte conformidade:

“Art. 14. .........................................................................

.......................................................................................

V - ..................................................................................

f) multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto incidente sobre o serviço prestado, calculado nos termos da legislação do Município de São Paulo, devido ou não ao Município, observada a imposição mínima de R$ 1.870,57 (mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), por documento, aos tomadores de serviços não obrigados à retenção e recolhimento do imposto que deixarem de emitir ou o fizerem com importância diversa do valor dos serviços ou com dados inexatos, Nota Fiscal Eletrônica do Tomador/Intermediário de Serviços – NFTS;

.......................................................................................

§ 5º O percentual das multas constantes nas alíneas “e” e “f” do inciso V deste artigo será de 100% (cem por cento), caso comprovado pela autoridade fiscal que o tomador tinha conhecimento de que o prestador simulava estabelecimento fora do Município de São Paulo.

§ 6º Aplica-se o disposto no inciso VI do caput deste artigo ao não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado.” (NR)

Seção III

Declaração Tributária de Conclusão de Obra – DTCO

Art. 10. O art. 14 da Lei nº 13.476, de 2002, passa a vigorar acrescido do inciso XIX, na seguinte conformidade:

“Art. 14. .........................................................................

XIX - infrações relativas à Declaração Tributária de Conclusão de Obra – DTCO:

a) multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) d valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

– ISS devido, observada a imposição mínima de R$ 1.870,57 (mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), ao detentor da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel onde se realizou a obra, que deixar de apresentar a declaração ou o fizer com informações inexatas;

b) multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS devido, observada a imposição mínima de R$ 1.870,57 (mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), ao detentor da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel onde se realizou a obra, que apresentar informações inexatas com o objetivo de obter abatimento de base de cálculo do imposto por meio de adulteração ou fraude.

.............................................................................” (NR)

Art. 11. O art. 14 da Lei nº 13.701, de 2003, passa a vigorar com nova redação do § 3º, na seguinte conformidade:

“Art. 14. .........................................................................

.......................................................................................

§ 3º O valor de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda a partir de critérios, índices ou estudos que reflitam o corrente na praça.

....................................................................................

” (NR)

Art. 12. O art. 8º da Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º No momento em que for concluída a prestação de serviço de execução de obra de construção civil, demolição, reparação, conservação ou reforma de determinado edifício, deverão ser declarados os dados do imóvel necessários para fins tributários, na forma e condições estabelecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

.......................................................................................

§ 4º Os dados declarados poderão ser revistos de ofício pela Administração Tributária, para fins de lançamentos tributários.

§ 5º A declaração deverá conter os dados do imóvel constantes do alvará de aprovação ou execução ou memorandos de regularização ou licença para residências unifamiliares emitidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, além das informações referentes à área de

piscina descoberta e áreas pavimentadas descobertas relativas a terraços, sacadas, quadras esportivas, helipontos e heliportos.

§ 6º Além dos dados constantes no § 5º, deverão também ser declarados, quando houver:

I - os documentos fiscais relativos aos serviços tomados, quando enquadrados nos subitens 7.02, 7.04,

7.05 e 7.15 da lista do caput do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003;

II - os valores de mão de obra própria aplicados diretamente na execução dos serviços de que trata o caput deste artigo.” (NR)

Seção IV

Sociedades Uniprofissionais

Art. 13. O art. 15 da Lei nº 13.701, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Adotar-se-á regime especial de recolhimento do Imposto quando os serviços descritos nos subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01 (exceto paisagismo), 17.13, 17.15, 17.18 da lista do caput do art. 1º, bem como aqueles próprios de economistas, forem prestados por sociedade constituída na forma do § 1º deste artigo, observadas as faixas de receita bruta mensal previstas no § 12 deste artigo.

§ 1º As sociedades de que trata o caput deste artigo são aquelas cujos profissionais (sócios, empregados ou não) são habilitados ao exercício da mesma atividade e prestam serviços de forma pessoal, em nome da sociedade, assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da legislação específica.

§ 2º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as sociedades que:

.......................................................................................

§ 4º Para os prestadores de serviços de que trata o caput deste artigo, o Imposto deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota determinada no art.

16 desta Lei sobre as importâncias estabelecidas no § 12 deste artigo.

§ 5º As importâncias previstas neste artigo serão atualizadas na forma do disposto no art. 2º da Lei nº 13.105, de 29 de dezembro de 2000.

.......................................................................................

§ 12. As faixas de receita bruta mensal são:

I - R$ 1.995,26 (mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, até 5 (cinco) profissionais habilitados;

II - R$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, para o número de profissionais que superar 5 (cinco), até 10 (dez) profissionais habilitados;

III - R$ 10.000,00 (dez mil reais) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, para o número de profissionais que superar 10 (dez), até 20 (vinte) profissionais habilitados;

IV - R$ 20.000,00 (vinte mil reais) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, para o número de profissionais que superar 20 (vinte), até 30 (trinta) profissionais habilitados;

V - R$ 30.000,00 (trinta mil reais) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, para o número de profissionais que superar 30 (trinta), até 50 (cinquenta) profissionais habilitados;

VI - R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, para o número de profissionais que superar 50 (cinquenta), até 100 (cem) profissionais habilitados;

VII - R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de profissionais habilitados, para o número de profissionais que superar 100 (cem).

§ 13. A apuração do imposto devido decorrerá do somatório progressivo dos produtos entre as faixas de receita bruta obtidas e a alíquota incidente sobre o serviço prestado.

§ 14. O enquadramento da sociedade em uma das faixas descritas nos incisos do § 12 não prescinde da necessidade, para fazer jus ao regime especial de que trata este artigo, da observância de todos os requisitos a ele inerentes, inclusive a pessoalidade na prestação dos serviços, a responsabilidade ilimitada do profissional sócio ou associado, e a ausência de caráter ou estrutura empresariais da sociedade.” (NR)

Seção V

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS

Art. 14. O art. 16 da Lei nº 13.701, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. .........................................................................

I - ...................................................................................

.......................................................................................

o) nos subitens 10.05 e 17.11 da lista do caput do art. 1º, relacionados, respectivamente, a intermediação, via plataforma digital, de aluguéis, transporte de passageiros ou entregas, bem como de compra e venda de mercadorias e demais bens móveis tangíveis (marketplace), e administração de imóveis realizada via plataforma digital;

p) no subitem 10.04 da lista do caput do art. 1º, relacionados a agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchising);

q) no subitem 23.01 da lista do caput do art. 1º, relacionados a programação visual, comunicação visual e congêneres;

r) nos subitens 13.01, 13.02 e 13.03 (exceto quando prestados por notários, oficiais de registro ou seus prepostos) e 17.07 da lista do caput do art. 1º.” (NR)

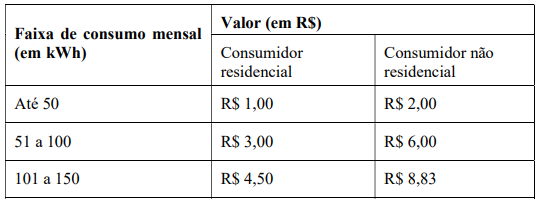
Seção VI

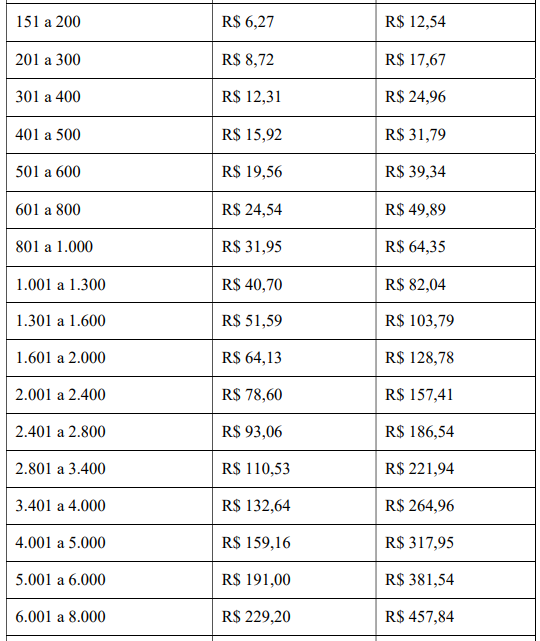
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação

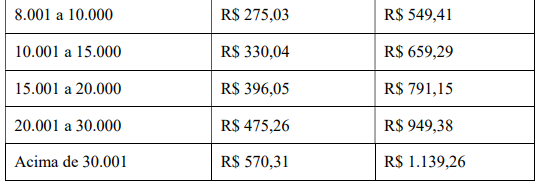
Pública – COSIP

Art. 15. O art. 4º da Lei nº 13.479, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O valor da Contribuição será incluído no montante total da fatura mensal de energia elétrica emitida pela concessionária desse serviço e corresponderá à faixa de consumo mensal indicada na tabela abaixo:







§ 1º O valor da Contribuição será reajustado anualmente de modo a refletir os reajustes e revisões sofridos pela tarifa de energia elétrica e pelas bandeiras tarifárias.

§ 2º No caso de pré-venda de energia elétrica (sistema cashpower ou equivalente), o valor da Contribuição será incluído na fatura emitida pela concessionária e equivalerá ao valor previsto na tabela do caput deste artigo correspondente à quantidade adquirida de kWh (quilowatt-hora).

§ 3º Na hipótese do § 2º, sendo emitida mais de uma fatura dentro de um mesmo mês, considerar-se-á, para efeito de determinação do valor da Contribuição a ser incluído em cada nova fatura, o total de kWh (quilowatt-hora) adquirido nesse período, computando-se o valor eventualmente cobrado nas faturas anteriores, dentro do mesmo mês.

§ 4º Ainda que não haja faturamento emitido pela concessionária para um determinado mês, a Contribuição será devida, devendo ser cobrada na fatura imediatamente posterior.” (NR)

Seção VII

Leilão e congêneres

Art. 16. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.864, de 23 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ..........................................................................

Parágrafo único. A isenção referida no caput não se aplica aos delegatários de serviço público que prestam os serviços descritos no subitem 21.01 ou aos prestadores dos serviços descritos no subitem 17.12 da lista do caput do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003.” (NR)

Art. 17. A Lei nº 13.701, de 2003, passa a vigorar acrescida do art. 14-B, na seguinte conformidade:

“Art. 14-B. Quando forem prestados os serviços descritos no subitem 17.12 da lista do caput do art. 1º, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta correspondente, incluindo a comissão do leiloeiro ou qualquer outro valor cobrado para a sua remuneração.” (NR)

Seção VIII

Imposto Sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis

– ITBI-IV

Art. 18. Os arts. 3º, 6º, 10, 17 e 25 da Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .................................................................

..........

..............................................................................

.........

Parágrafo único. Quanto à resolução da propriedade fiduciária de coisa imóvel, a não incidência descrita no inciso VI do caput deste artigo só se aplica quando a consolidação da propriedade plena ocorrer a favor do devedor fiduciante em virtude do adimplemento da

dívida garantida por alienação fiduciária.” (NR)

“Art. 6º ..........................................................................

..............................................................................

.........

IV - quanto ao direito de superfície, os superficiários, na sua instituição; o proprietário, na sua extinção; e os cessionários, na sua cessão.” (NR)

“Art. 10. ..................................................................

.......

I - nas transmissões de imóveis de até R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação – SFH, no Programa de Arrendamento Residencial – PAR e de Habitação de Interesse

Social – HIS, bem como aquelas realizadas por meio de consórcios:

a) à razão de 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado ou sobre o valor do crédito efetivamente utilizado para aquisição do imóvel, até o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

.................................................................................

....” (NR)

“Art. 17. O imposto ou sua diferença serão exigidos com o acréscimo de multa de 100% (cem por cento), calculada sobre o montante do débito apurado, sem prejuízo dos acréscimos devidos em razão de outras infrações eventualmente praticadas, quando for constatada, a qualquer tempo, pela fiscalização:

I - a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão;

II - a prática de ato com o objetivo de suprimir ou reduzir o valor do ITBI-IV tipificada pelas seguintes condutas:

a) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades tributárias;

b) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operações de qualquer natureza em documento;

c) falsificar ou alterar documento;

d) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.” (NR)

“Art. 25. Não serão efetuados lançamentos complementares, nem emitidas notificações para pagamento de multas moratórias ou quaisquer acréscimos, quando resultarem em valores iguais ou inferiores aos estabelecidos por ato do Secretário Municipal da Fazenda.”

(NR)

Seção IX

Infrações relativas ao IPTU

Art. 19. O art. 6º da Lei nº 10.819, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescido de §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 6º ..................................................................

.........

§ 1º Caso o contribuinte ou o autuado reconheça a procedência do Auto de Infração e Intimação, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º Caso o contribuinte ou o autuado reconheça a procedência do Auto de Infração e Intimação, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, no curso da análise da impugnação ou no prazo para interposição de recurso ordinário, o valor das multas será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).” (NR) Art. 20. O art. 3º da Lei nº 13.879, de 28 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido de §§ 4º e 5º, com a seguinte redação:

“Art. 3º ..................................................................

.........

§ 4º Caso o contribuinte ou o autuado reconheça a procedência do Auto de Infração e Intimação relativo às penalidades previstas no § 1º deste artigo, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

§ 5º Caso o contribuinte ou o autuado reconheça a procedência do Auto de Infração e Intimação relativo às penalidades previstas no § 1º deste artigo, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, no curso da análise da impugnação ou no prazo para interposição de recurso ordinário, o valor das multas será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).” (NR)

Seção X

Transação Tributária

Art. 21. Os créditos tributários constituídos em face de entidades religiosas e de entidades educacionais sem fins lucrativos, objeto de contencioso administrativo ou judicial ou inscritos em dívida ativa, poderão ser extintos mediante transação, nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 1º Caberá à Procuradoria Geral do Município a celebração de transação sobre quaisquer créditos tributários constituídos em face de entidades religiosas, concedendo descontos sobre o valor total do crédito apurado, observado o disposto no art. 11 , inciso IV da Lei nº 17.324, de 18 de março de 2020.

§ 2º As entidades educacionais de matriz confessional não serão consideradas entidades religiosas para os fins da transação autorizada por este artigo e regulada pelos seguintes.

Art. 22. A celebração da transação de que trata o art. 21 competirá Procuradoria Geral do Município e observará, no que couber, o disposto na Seção III da Lei nº 17.324, de 18 de março de 2020, podendo contemplar os seguintes benefícios, ressalvado o disposto no § 1º do art. 21:

I - concessão de descontos sobre o valor principal, multas e juros moratórios, respeitado o limite máximo de 70% (setenta por cento) para pagamento à vista, e de 55% (cinquenta e cinco por cento) para pagamento parcelado, calculados sobre o valor total do crédito;

II - oferecimento de prazos e formas de pagamento diferenciados, incluídos o diferimento, moratória e parcelamento, observado o prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses;

III - oferecimento, substituição ou alienação de garantias e de constrições.

§ 1º É permitida a cumulação dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo.

§ 2º Caso a transação preveja a realização de pagamento parcelado do crédito tributário, deverão ser observadas as regras estabelecidas no PPI 2021, desde que compatíveis com o disposto neste artigo.

§ 3º À transação pela qual se refere o caput deste artigo deverá corresponder a contrapartidas de interesse público a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 23. A proposta de transação poderá ser condicionada ao compromisso do contribuinte ou do responsável de requerer a homologação judicial do acordo, para fins do disposto nos incisos II e III do caput do art. 515 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 24. A transação prevista no art. 21 não caracteriza renúncia de receita para fins do disposto no art. 14 da Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção XI

Da não incidência, da isenção e da remissão

Art. 25. O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU não incide sobre os imóveis de titularidade do Município, do Estado de São Paulo, ou da União Federal, caracterizados como parques urbanos, mesmo que cedidos à iniciativa privada por meio de concessão de serviços ou de uso de bem público, com ou sem exploração econômica ou propósito lucrativo, desde que mantida a liberdade e gratuidade de acesso.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo possui natureza interpretativa, nos termos do art. 106, I, da Lei Federal nº 5.172, de 1966, devendo ser observado pela Administração Tributária, inclusive retroativamente, vedada a restituição de quaisquer quantias recolhidas a título de IPTU, e respeitados o prazo decadencial de que trata o inciso I do art. 48-A da Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006, e a coisa julgada formada em processo judicial, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Art. 26. Vedada a restituição a qualquer título de valores já recolhidos, ficam remitidos todos os créditos tributários de IPTU, constituídos ou a constituir, bem como anistiadas quaisquer multas por descumprimento à legislação do referido imposto, já lançadas ou a lançar, em face da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, relativos a fatos geradores ocorridos até a data de entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. A remissão de que trata este artigo independerá de qualquer requerimento e será concedida de ofício pela unidade responsável pela gestão do Cadastro Imobiliário

Fiscal – CIF.

Art. 27. O art. 3º da Lei nº 14.865, de 29 de dezembro de 2008, e o art. 5º da Lei nº 15.360, de 14 de março de 2011, passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

“Art. 3º São isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU os imóveis pertencentes ao patrimônio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, destinados ou utilizados para implementação de empreendimentos habitacionais voltados a moradias populares, até o término do exercício subsequente ao do desdobro fiscal das unidades individuais, devendo ser informado à Administração Tributária, antes do marco final da isenção, o rol de novos titulares das unidades, para fins do correto lançamento do imposto, inclusive em caráter retroativo.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo consubstancia-se em benefício fiscal de natureza tributária, sendo inaplicável, para sua concessão, o disposto no art. 3º, IV, da Lei nº 14.094, de 6 de dezembro de

2005.” (NR)

“Art. 5º ..........................................................................

.............................................................................

..........

§ 1º A isenção referida neste artigo será concedida no ato da transmissão para a execução do empreendimento e vigorará até o término do exercício subsequente ao do desdobro fiscal das unidades individuais, devendo ser informado à Administração Tributária, antes do marco final da isenção, o rol de novos titulares das unidades, para fins do correto lançamento do imposto, inclusive em caráter retroativo.” (NR)

Art. 28. Vedada a restituição a qualquer título de valores já recolhidos, ficam remitidos os créditos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU já constituídos ou a constituir, em face dos imóveis identificados pelos SQLs constantes do Anexo III desta Lei, referentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A remissão de que trata este artigo independerá de qualquer requerimento e será concedida de ofício pela unidade responsável pela gestão do Cadastro Imobiliário

Fiscal – CIF.

Art. 29. Vedada a restituição a qualquer título de valores já recolhidos, ficam remitidos os créditos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, já constituídos ou a constituir, em face dos imóveis identificados pelos lotes vinculados ao SQCD

008.049.03-5, referentes a fatos geradores ocorridos até a data de entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. A remissão de que trata este artigo independerá de qualquer requerimento e será concedida de ofício pela unidade responsável pela gestão do Cadastro Imobiliário

Fiscal – CIF.

CAPÍTULO III

CONTRAGARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 30. O § 2º do art. 18 da Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. ................................................................

.........

§ 2º As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem os direitos e créditos, relativos ou resultantes das repartições tributárias constitucionais, previstos nos arts. 158 e 159, inciso I, alíneas “b”,

“d” e “e”, complementadas pelas receitas próprias do Município, previstas no art. 156, todos da Constituição Federal, nos termos do § 4º de seu art. 167, sem prejuízo de outras modalidades de contragarantias que venham a ser admitidas em direito para a finalidade prevista pelo §1º.” (NR)

Art. 31. O parágrafo único do art. 5º da Lei nº 16.985,

de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º ..................................................................

.........

Parágrafo único. Para a obtenção de garantias da União, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contra garantias ao Tesouro Nacional, representadas pelos direitos e créditos relativos ou resultantes das

repartições tributárias constitucionais previstas nos arts. 158 e 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”, complementados pelas receitas próprias do Município previstas no art. 156, todos da Constituição Federal, nos termos do § 4º do seu art. 167, sem prejuízo de outras modalidades de contragarantias que venham a ser admitidas em direito para a finalidade de que trata este parágrafo único.” (NR)

Art. 32. O parágrafo único do art. 5º da Lei nº 17.254, de 26 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º .................................................................

..........

Parágrafo único. Para a obtenção de garantias da União, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contra garantias ao Tesouro Nacional, representadas pelos direitos e créditos relativos ou resultantes das repartições tributárias constitucionais previstas nos arts. 158 e 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”, complementados pelas receitas próprias do Município previstas no art. 156, todos da Constituição Federal, nos termos do § 4º do seu art. 167, sem prejuízo de outras modalidades de contra garantias que venham a ser admitidas em direito para a finalidade de que trata este parágrafo único.” (NR)

Art. 33. O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 17.557, de 26 de maio de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. ..................................................................

.......

Parágrafo único. Para a obtenção de garantias da

União, fica o Poder Executivo autorizado a prestar

Contra garantias ao Tesouro Nacional, representadas pelos direitos e créditos relativos ou resultantes das repartições tributárias constitucionais previstas nos arts. 158 e 159, inciso I, alíneas “b”, “d” e “e”, complementados pelas receitas próprias do Município previstas no art. 156, todos da Constituição Federal, nos termos do § 4º do seu art. 167, sem prejuízo de outras modalidades de contragarantias que venham a ser admitidas em direito para a finalidade de que trata

este parágrafo único.” (NR)

CAPÍTULO IV

FUNDO ESPECIAL PARA A MODERNIZAÇÃO DA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA ADMINISTRAÇÃO

FAZENDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Art. 34. Fica instituído o Fundo Especial para a Modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo – FEMATF, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda – SF, com o objetivo de garantir o perene aperfeiçoamento da Administração Tributária e da Administração Fazendária, com os recursos necessários para investimentos no aprimoramento de suas atividades, para a melhoria da estrutura operacional e das condições materiais da secretaria, bem como o contínuo aprimoramento profissional de seus servidores.

§ 1º Os recursos do FEMATF destinam-se a:

I - aquisição, desenvolvimento, implantação, manutenção e aperfeiçoamento de programas e sistemas informatizados de apoio às atividades tributárias e fazendárias, e outros que se prestem à consecução dos objetivos dos órgãos da Administração Tributária e Administração Fazendária;

II - formação, capacitação e treinamento de servidores lotados na Secretaria Municipal da Fazenda, em cursos ou disciplinas relativas às suas atividades, inclusive material didático, participação em congressos, seminários e afins;

III - aquisição, construção, ampliação, locação e reforma de bens móveis e imóveis que sirvam à Administração Tributária e à Administração Fazendária;

IV - assinaturas de periódicos especializados e aquisição de livros, manuais e afins, de interesse da Administração Tributária e da Administração Fazendária;

V - impressão, publicação e divulgação de periódicos tributários e fazendários;

VI - despesas com deslocamento de servidores em exercício na Secretaria Municipal da Fazenda, nas condições estabelecidas pela legislação municipal em vigor, para atendimento de necessidades inerentes às atividades da Administração Tributária e da Administração Fazendária;

VII - pagamento de despesas para aperfeiçoamento profissional dos servidores da Administração Tributária e da Administração Fazendária;

VIII - despesas relativas ao aperfeiçoamento e à modernização das ações de arrecadação, bem como à manutenção e à gestão administrativa e operacional da Secretaria Municipal da Fazenda, não discriminadas nos incisos I a VII, desde que diretamente vinculadas à Administração Tributária e à Administração Fazendária, excetuadas aquelas caracterizadas como remuneração de pessoal.

§ 2º O FEMATF disporá de autonomia na gestão de seus recursos, que serão depositados em instituição bancária oficial, em conta exclusiva a ser mantida em nome do Fundo.

Art. 35. Será constituído, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, o Comitê Gestor do FEMATF – CGF, com as seguintes atribuições:

I - elaboração de seu Regimento Interno, que disciplinará o modo de funcionamento da gestão do FEMATF;

II - promoção do planejamento e da fiscalização da utilização dos recursos do FEMATF, visando que a permanente modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária seja realizada de forma eficiente e com economicidade.

§ 1º O CGF será composto pelo Secretário Municipal da

Fazenda, pelo Secretário Adjunto da Fazenda, pelo Subsecretário da Receita Municipal e por dois integrantes do Quadro de Pessoal da Administração Tributária – QPAT, nomeados pelo Secretário Municipal da Fazenda.

§ 2º Cabe ao Secretário Municipal da Fazenda a Presidência do CGF.

Art. 36. Constituirão receitas do FEMATF:

I - 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) do produto da arrecadação do Imposto Predial e Territorial

Urbano – IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer

Natureza – ISS;

II - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

III - contribuições dos governos e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais;

IV - outros recursos que lhe forem destinados por lei.

§ 1º O valor das origens previstas no caput será apurado e repassado mensalmente ao FEMATF.

§ 2º O saldo não comprometido do FEMATF que superar em 20% (vinte por cento) as despesas do Fundo no exercício será transferido, após o término do exercício, à conta única do Tesouro Municipal.

§ 3º Os recursos referidos no caput são vinculados exclusivamente às atividades da Administração Tributária e da

Administração Fazendária, nos termos do inciso IV do art. 167, combinado com os incisos XVIII e XXII do art. 37, todos da Constituição Federal.

Art. 37. Os bens adquiridos com recursos do FEMATF serão vinculados às atividades tributárias e fazendárias, não podendo ser transferidos, remanejados ou cedidos, a qualquer título, ainda que temporariamente, para órgãos estranhos à Administração Tributária e à Administração Fazendária, exceto após se tornarem inservíveis ou obsoletos, hipóteses em que a transferência, remanejamento ou cessão poderá ser autorizada, e desde que decorridos pelo menos 2 (dois) anos da aquisição, se equipamentos de informática, ou 5 (cinco), se outros bens.

Art. 38. O art. 6º da Lei nº 14.133, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º ..................................................................

.........

I - em caráter exclusivo, relativamente aos impostos de competência do Município de São Paulo, e às taxas e às contribuições sob a gestão do órgão de administração tributária municipal:

.............................................................................

..........

s) deliberar sobre o conteúdo dos cursos de formação e de capacitação, em matéria tributária, dirigidos aos integrantes da carreira;

t) avaliar a adequação técnica dos atos praticados pelos agentes da administração tributária;

u) deliberar sobre as providências necessárias para garantir a preservação do sigilo fiscal, nos termos prescritos no art. 198 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional;

v) deliberar sobre a política de acesso e administração de banco de dados tributários, a especificação, homologação e uso de sistemas de tecnologia da informação e comunicação, bem como sobre o emprego de novas tecnologias, inclusive inteligência artificial, voltados às atividades de gestão, fiscalização, lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos;

II - em caráter geral:

a) assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal da Fazenda ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vistas à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;

......................................................................................

n) exercer relevante atividade, em benefício da gestão fiscal, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, que exija conhecimento técnico especializado compatível com o nível de formação exigida do cargo efetivo, prevista em ato do chefe da Pasta;

o) desenvolver estudos objetivando a previsão, o acompanhamento e a avaliação das receitas municipais.” (NR)

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 39. Para efeito de interpretação da legislação tributária, notadamente da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, e da Lei Municipal nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, não incide o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os recursos orçamentários repassados pelo Poder Público no âmbito dos contratos de gestão celebrados pela Administração Pública da União, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, com as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais da área de cultura, saúde, esportes, lazer e recreação, para proteção e conservação do meio ambiente e promoção de investimentos, de competitividade e de desenvolvimento.

Parágrafo único. A não incidência tributária a que se refere o caput deste artigo:

I - abrange somente os recursos orçamentários destinados pelo Poder Público às organizações sociais;

II - não abrange terceiro contratado pela organização social para execução de serviços afetos à parceria desta com o Poder Público.

Art. 40. O disposto no art. 39 aplica-se a todos os processos administrativos e judiciais em curso, ficando revogados os arts. 3º e 4º da Lei nº 16.127, de 12 de março de 2015.

Art. 41. Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2022, os arts. 6º, 7º, 8º e 10 da Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, os quais serão aplicáveis para fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2021, inclusive na hipótese de lançamento retroativo.

Parágrafo único. Para a aplicação do disposto no Capítulo I desta Lei, observar-se-á a regra estabelecida no art. 9º da Lei nº 15.889, de 2013, e respectivas alterações.

Art. 42. Fica revogado o art. 2º da Lei nº 17.584, de 26 de julho de 2021.

Art. 43. Fica autorizada a criação pelo Poder Executivo do

Cartão Emergencial, a ser pago em parcela única nos casos de risco iminente, desastre ou situação de calamidade pública, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 44. A Lei nº 17.557, de 26 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º ..........................................................................

.............................................................................

..........

§ 2º À exceção do quanto previsto pelo § 3º deste artigo, não poderão ser incluídos no PPI 2021 os débitos referentes à:

..............................................................................

.........

III - (Revogado).

§ 3º Poderão ser transferidos para o PPI 2021 os débitos tributários remanescentes de parcelamentos em andamento, celebrados na conformidade do art. 1º da Lei nº 14.256, de 29 de dezembro de 2006, e art. 1º da

Lei nº 16.240, de 22 de julho de 2015.” (NR)

“Art. 2º ..........................................................................

................................................................................

.......

§ 8º Na hipótese de inclusão de débitos tributários remanescentes de parcelamento ainda em andamento a que se refere o § 3º do art. 1º desta Lei, o pedido de transferência deverá ser efetuado até 31 de dezembro de 2021, tomando-se como base o saldo devedor na data da transferência, mantidas as reduções concedidas pelas leis do respectivo parcelamento originário.” (NR)

“Art. 11. Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início= de sua vigência, exceto em caso de reconhecimento administrativo e/ou judicial de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade da exigência fiscal que deu causa ao referido pagamento e que somente foram declaradas supervenientemente.” (NR)

Art. 45. A Lei nº 16.240, de 22 de julho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. O sujeito passivo somente poderá ser excluído do PRD diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

.............................................................................

..........

II - estar em atraso há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de qualquer parcela, inclusive a referente a eventual saldo residual do parcelamento e desde que notificado previamente, deixe de saldar a(s) parcela(s) em aberto dentro de 30 (trinta) dias;” (NR)

Art. 46. O art. 10 da Lei nº 16.240, de 22 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do § 3º:

“Art. 10. ................................................................

.........

.............................................................................

..........

§ 3º Ocorrendo uma das hipóteses previstas nos incisos II e III do caput deste artigo, o sujeito passivo não será excluído do PRD se o saldo devedor em aberto for integralmente pago até o prazo de 30

(trinta) dias, contados da sua notificação administrativa, ficando convalidada sua permanência.” (NR)

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de aluguel de imóveis utilizados por organizações da sociedade civil na execução de objetos previstos em termo de colaboração, termos de parceria, convênios, ainda que o imóvel seja de propriedade da entidade parceira.

Art. 48. Ficam integralmente anistiadas e remidas do pagamento de quaisquer indenizações e multas pelo uso e ocupação do solo das áreas que pertençam à Administração Pública Direta e Indireta, feitos de maneira regular ou irregular, por agremiações carnavalescas, escolas de samba associadas à União das Escolas de Samba de São Paulo, escolas de samba associadas à Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo, até a data de entrada em vigor desta Lei, ficando vedada a cobrança de indenização pelo uso anterior à data de sua regularização.

§ 1º A remissão e a anistia tratadas no caput deste artigo, incidem, inclusive, sobre os processos administrativos e judiciais, ainda que estejam em fases de execução, de cumprimento de sentença ou transitados em julgado, bem como sobre os títulos executivos judiciais.

§ 2º Cumpre ao Executivo, pela unidade competente, requerer a desistência e promover o arquivamento de todos os processos administrativos e judiciais relativos à cobrança de indenização ou qualquer outra cobrança decorrente do uso e ocupação do solo de áreas públicas.

§ 3º Fica vedada a restituição de quaisquer quantias recolhidas a título de indenização ou multas punitivas tratadas neste artigo.

Art. 49. O prazo para adesão ao Programa de Incentivos

Fiscais para prestadores de serviços em região da Zona Leste do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 15.931, de 20 de dezembro de 2013, fica reaberto por 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia do segundo mês imediatamente subsequente ao da publicação desta Lei.

Art. 50. Os arts. 2º e 3º da Lei nº 15.931, de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ....................................................................

.......

................................................................................

.......

XVIII - serviços de paisagismo, descritos no subitem

7.01;

XIX - serviços de guias de turismo, descritos no subitem 9.03;

XX - serviços de parques de diversões, centros de lazer e congêneres, descritos no subitem 12.05;

XXI - serviços de recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra, descritos no subitem

17.04;

XXII - serviços de organização de festas e recepções; bufê, descritos no subitem 17.10;

XXIII - serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres, descritos no subitem 31.01.” (NR)

“Art. 3º ..........................................................................

.....................................................................................

§ 6º Para os serviços descritos nos incisos XVIII a XXIII do art. 2º, o incentivo de que trata o inciso IV do caput deste artigo produzirá efeitos a partir de 1º de janeirode 2022, vedada sua retroação a qualquer título ou a restituição de valores já recolhidos.” (NR)

Art. 51. Os arts. 6º e 9º da Lei nº 15.997, de 27 de maio de

2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 6º O valor do incentivo previsto no art. 3º ficará limitado a 103 (cento e três) UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, por exercício.” (NR)

“Art. 9º ....................................................................

.......

Parágrafo único. Esta Lei produzirá efeitos até 31 de dezembro de 2024.” (NR)

Art. 52. As despesas decorrentes da execução desta Lei

correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 53. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos relativamente:

I - ao Capítulo I, à Seção V do Capítulo II e ao Capítulo IV, a partir de 1º de janeiro de 2022;

II - às Seções I, IV, VI e VII do Capítulo II e ao art. 10 da

Lei nº 11.154, de 1991, a partir de 1º de janeiro de 2022 ou

90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, o que ocorrer por último.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 26 de novembro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

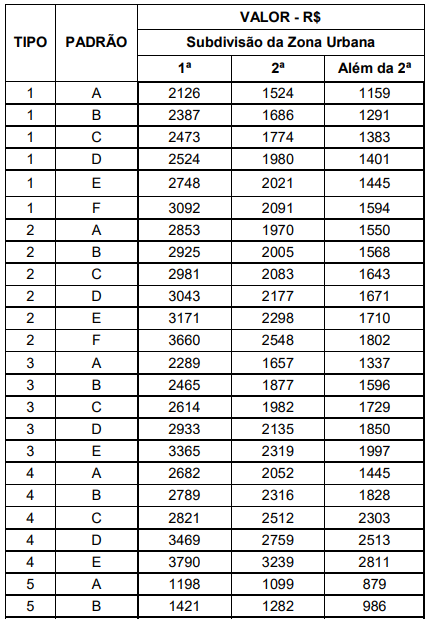
EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

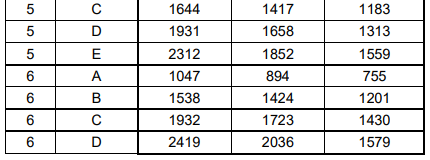
Publicada na Casa Civil, em 26 de novembro de 2021.

ANEXO I INTEGRANTE DA LEI Nº 17.719, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

(Substitui a Tabela VI que integra a Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986)

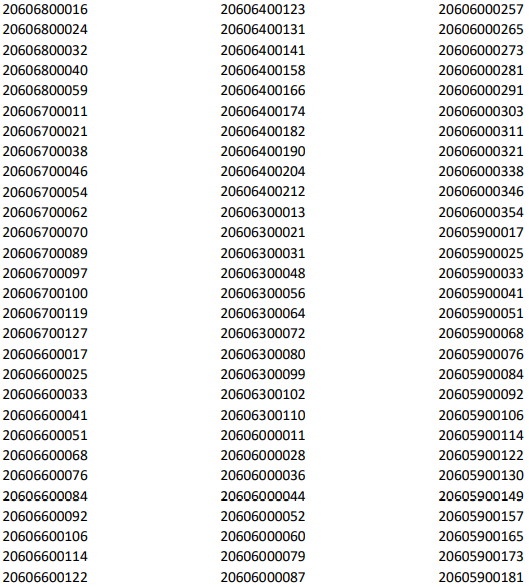
**TABELA VI - TIPOS E PADRÕES DE CONSTRUÇÃO VALORES UNITÁRIOS DE METRO QUADRADO DE CONSTRUÇÃO**

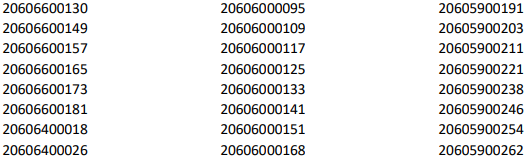


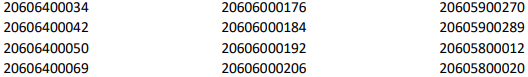


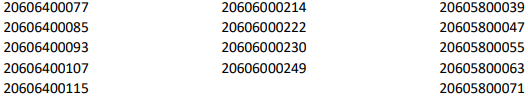
**O ANEXO II SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE**

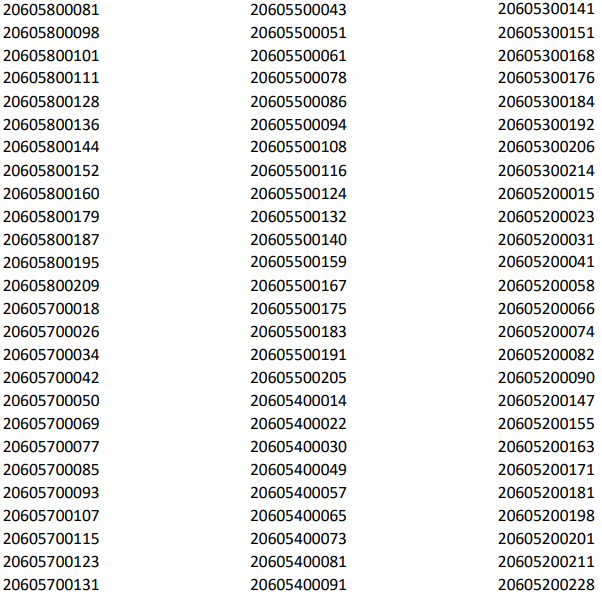
**ANEXO III INTEGRANTE DA LEI Nº 17.719, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021**

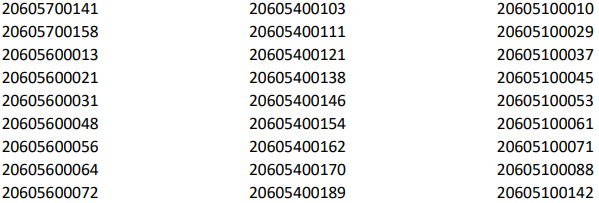
****

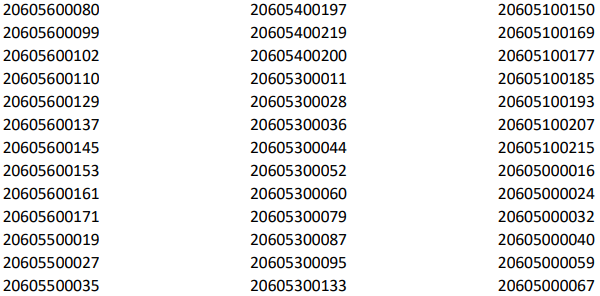
****

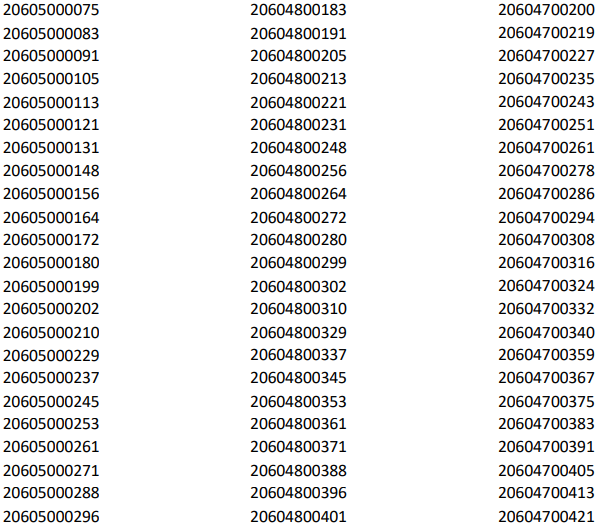
****

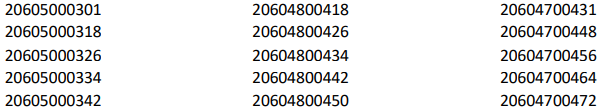
****

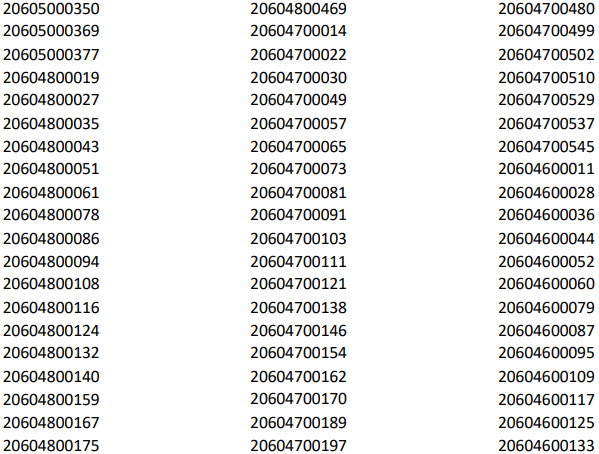
****

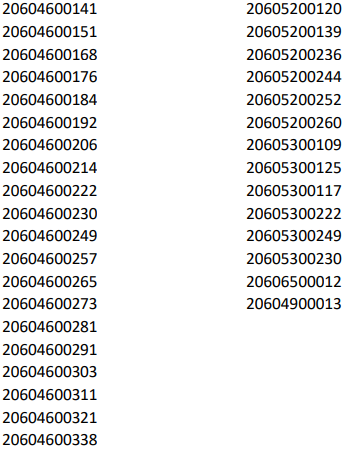
****

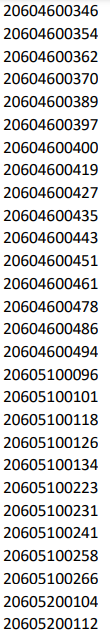
****

****

****

****

****

****

**DESPACHOS DO PREFEITO**

**6067.2018/0018658-6 -** CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - SEC SOCIEDADE DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ( adv. PAULO MERHEJE TREVISAN OAB SP nº 170.382) -

Aplicação de penalidade - Responsabilização de pessoa jurídica

- Lei Federal 12.846/13 - Recurso Hierárquico. - I - À vista dos elementos contidos no presente processo, em especial as manifestações da Controladoria Geral do Município (050710029 ) e da Assessoria Jurídica deste Gabinete (053565384), as quais adoto como razão de decidir, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto (048263538) por SEC SOCIEDADE DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, mantendo, por consequência, as penalidades aplicadas pelo senhor Controlador Geral do Município

(045012849) na decisão publicada no DOC de, 30/06/2021

(047150833), por seus próprios e bem lançados fundamentos, uma vez que não foram apresentados quaisquer fatos ou fundamentos jurídicos capazes de infirmar a legalidade da punição e das medidas questionadas. - II - Dou por encerrada a instância administrativa.

**2017-0.023.633-0** - Raimundo Cézar Fernandes Dutra,

RF 834.272.5 (v.1) (ETDD - Dr. Luiz Henrique Marquez, OAB/ SP 227.402) - Inquérito administrativo - À vista dos elementos contidos no presente, em especial as manifestações do Departamento de Procedimentos Disciplinares às fls. 394/413, da Senhora Procuradora Geral do Município às fls. 414, da Senhora Secretária Municipal de Justiça às fls. 415, e da Assessoria Jurídica deste Gabinete às fls. 416/420, que adoto como razão de decidir, aplico, com fundamento na competência prevista no artigo 195, inciso I, da Lei 8.989/79, a pena de DEMISSÃO ao servidor RAIMUNDO CEZAR FERNANDES DUTRA, RF 834.272.5 vínculo 1, nos termos do artigo 188, inciso III, da Lei 8.989/79, por infração ao artigo 2º da Lei nº 16.488/16 e aos artigos 178, incisos III, V e XII, e 179, “caput”, da referida Lei nº 8.989/79.

**2017-0.180.705-6** - Samuel de Oliveira, RF 836.307.2 (v.1) (Advª Roseli Vieira Buqui Silva, OAB/SP 190.495) – Inquérito administrativo especial - À vista dos elementos contidos no presente, em especial as manifestações de PROCED às fls. 232/248 e 381/383, endossadas pela Senhora Procuradora-Geral do Município às fls. 384 e pela Senhora Secretária Municipal de Justiça às fls. 385, e da Assessoria Jurídica deste Gabinete às fls. 386/392, aplico, com fundamento na competência prevista no artigo 195, inciso I, da Lei nº 8.989/79, a pena de DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao servidor SAMUEL DE OLIVEIRA, RF 836.307.2 vínculo 1, com fundamento no artigo 189, inciso II, por violação aos artigos 178, incisos XI e XII, e 179 “caput”, todos da Lei nº 8.989/79.

**2005-0.269.969-4** - Itaú Unibanco S/A - Pedido de alvará de aprovação e execução de reforma – recurso – 1. À vista dos elementos constantes do Processo Administrativo nº 2005-

0.269.969-4, em especial, o pedido de desistência de fl. 156 formulado pelo Recorrente, as manifestações da Assessoria

Técnica da SGM/AJ e da Assessoria Jurídica deste Gabinete,

**DECLARO PREJUDICADO** o recurso interposto por ITAÚ UNIBANCO S/A por perda do objeto, com fulcro no artigo 35 da Lei Municipal nº 14.141/06, consignando-se que, caso fosse o mérito enfrentado, ao recurso seria negado provimento com fulcro no artigo 114 e inciso III do artigo 59 da Lei Municipal nº 16.642/17, indeferindo-se, consequentemente, o Pedido de Alvará de Aprovação e Execução de Reforma para a edificação localizada na Avenida Cangaíba nº 2650 e 2660, bairro da Penha, SQL 060.242.0201-6. - 2. Dou por encerrada a instância administrativa.

**1979-0.024.821-8** - SEME – CDC Santo Antônio - Regularização de Ocupação – Área 1M do croqui 101468 – CDC

Santo Antônio - À vista dos elementos contidos no presente, em especial a deliberação favorável do CMPT às fls. 252/253 e as manifestações da SMUL/CGPATRI às fls. 237 e 274/274vº;

SMUL/ATAJ, fls. 276/277vº; da Procuradoria Geral do Município, fls. 242/249 e 312/316; e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, **AUTORIZO,** COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 3º DA Lei 13.718/04 e no inciso VI do artigo 70 c.c. o artigo 111 da Lei Orgânica do Município, a adoção das providências necessárias à formalização da PERMISSÃO DE USO a título precário e gratuito ao CLUBE DA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, da área municipal sito na Rua Pascal Ranieri Mazzili, nº 120, CEP 03257-180, também fazendo frente para Rua João Machado e Silva, Setor 155, Quadra 216, no Bairro Vila Mendes, Subprefeitura de Vila

Prudente.

**2013-0.356.032-8** - CDC da Comunidade Vila Friburgo -

Regularização de ocupação – expedição de Termo de Permissão de Uso - À vista dos elementos contidos no presente, em especial as manifestações favoráveis da Subprefeitura da Capela do Socorro (fls. 216); da SMUL/DEUSO (fls. 132); da SEME (fls. 89/90 e fls. 203/204); da Assessoria Jurídico-Consultiva da PGM (fls. 342/348); de CGPATRI (fl. 326); da recomendação da Comissão do Patrimônio Imobiliário do Município de São Paulo (CMPT) à fl. 327 e manifestação da Assessoria Jurídica deste Gabinete (fls. 353/357, **AUTORIZO**, com fundamento no artigo 114, § 3º, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 10, inciso VI, do Decreto nº 57.260/16, bem como artigo 3º da Lei 13.718/04, a adoção das providências necessárias à formalização da outorga ao CLUBE DA COMUNIDADE VILA FRIBURGO, da permissão de uso, a título precário e gratuito, do imóvel municipal situado na confluência entre a Avenida Danton Jobim e a Rua Rodrigo Bastos, na região de abrangência da Subprefeitura da Capela do Socorro.

**6029.2020/0017557-2** - ROMUALDO BARBOZA SANTOS,

RF 698.477.1 (ADV.: ALEXIS COUTO DE BRITO, OAB/SP 233.251,

PATRÍCIA VANZOLINI, OAB/SP 199.925, e EMERSON DE MELLO

SOARES, OAB/SP 434.388) - Inquérito administrativo. - À vista dos elementos contidos no presente, em especial as manifestações da Divisão de Processos Administrativos Disciplinares de SMSU (doc 051534143), da Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana (doc 051557436), da Assessoria Jurídica de SMSU (doc 052146926), da Senhora Secretária Municipal de

Segurança Urbana (doc 052147240) e da Assessoria Jurídica deste Gabinete (doc 053692875), que adoto como razão de decidir, aplico, com fundamento na competência prevista no artigo 83 da Lei nº 13.530/03, a pena de DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO ao servidor ROMUALDO BARBOZA SANTOS,

RF 698.477.1 vínculo 1, com fundamento no inciso II do artigo

28, por violação aos deveres funcionais previstos nos incisos XI

e XII do artigo 7º, c.c. artigo 15, inciso III do artigo 16, todos da

Lei nº 13.530/03.

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Processo nº 6011.2020/0003840-2

Convênio

Partícipes: Ricardo Nunes - Prefeito do Município de São

Paulo

Waltr Shindi Iihoshi - Presidente da Junta Comercial do

Estado de São Paulo

Paulo Anotnio Skaf - Presidente do Centro das Indústrias do

Estado de São Paulo

Data de Assinatura: 20.09.21 Vigência: A partir da data da assinatura 05 (cinco) anos

Objeto: Desconcentração de serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins, a serem prestados pela UNIDADE CONVENIADA no MUNICÍPIO de São Paulo, por meio de Escritório Regional, observado o que dispuserem, a respeito, a Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, a Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração

- DREI nº 4, de 5 de dezembro de 2013, a Lei Complementar nº 1.187, de 28 de setembro de 2012, o Regulamento da JUCESP, aprovado pelo Decreto nº 58.879, de 7 de fevereiro de 2013, e demais normas regulamentares incidentes na espécie.

Valor: Na conformidade do plano de trabalho que integra o presente instrumento, o valor estimado deste convênio é de R$ 23.951.050,37 (vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, cinquenta reais e trinta e sete centavos), de responsabilidade da JUCESP, assim distribuídos:

I - R$ 4.334.536,50 (quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), relativos ao exercício de 2020; II - R$ 4.551.263,33 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e três mil reais e trinta e três centavos), relativos ao exercício de 2021;

III - R$ 4.778.826,50 (quatro milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), relativos ao exercício de 2022;

IV - R$ 5.017.767,83 (cinco milhões, dezessete mil, setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos), relativos ao exercício de 2023;

V - R$ 5.268.656,22 (cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos), relativos ao exercício de 2024.

Publicar por omissão

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Processo nº 6013.2019/0003198-9

Convênio

Partícipes: Ricardo Nunes - Prefeito do Município de São

Paulo

Walter Shindi Ikhoshi - Presidente da Junta Comercial do

Estado de São Paulo

Sony Xerfan Mahfuz - Vice-Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo

Data de Assinatura: 20.09.21

Vigência: A partir da data da assinatura 05 (cinco) anos

Objeto: Desconcentração de serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins, a serem prestados pela UNIDADE CONVENIADA no MUNICÍPIO de São Paulo, por meio de Escritório Regional, observado o que dispuserem, a respeito, a Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, a Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 4, de 5 de dezembro de 2013, a Lei Complementar nº

1.187, de 28 de setembro de 2012, o Regulamento da JUCESP, aprovado pelo Decreto nº 58.879, de 7 de fevereiro de 2013, e demais normas regulamentares incidentes na espécie

Valor: Na conformidade do plano de trabalho que integra o presente instrumento, o valor estimado deste convênio é de R$

23.951.050,37 (vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, cinquenta reais e trinta e sete centavos), de responsabilidade da JUCESP, assim distribuídos:

I - R$ 4.334.536,50 (quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), relativos ao exercício de 2020;

II - R$ 4.551.263,33 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e três mil reais e trinta e três centavos), relativos ao exercício de 2021;

III - R$ 4.778.826,50 (quatro milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), relativos ao exercício de 2022;

IV - R$ 5.017.767,83 (cinco milhões, dezessete mil, setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos), relativos ao exercício de 2023;

V - R$ 5.268.656,22 (cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos), relativos ao exercício de 2024.

Publicar por omissão

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Processo nº 6011.2020/0003581-0

Convênio

Partícipes: Ricardo Nunes - Prefeito do Município de São Paulo

Walter Shindi Iihoshi - Presidente da Junta Comercial de

São Paulo

Alfredo Cotait Neto - Presidente da Associação Comercial de São Paulo

Data de Assinatura: 20.09.21

Vigência: A partir da data da assinatura 05 (cinco) anos

Objeto: Desconcentração de serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins, a serem prestados pela

UNIDADE CONVENIADA no Município de São Paulo, por meio de Escritório Regional, observado o que dispuserem, a respeito, a Lei federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, a Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 4, de 5 de dezembro de 2013, a Lei Complementar nº

1.187, de 28 de setembro de 2012, o Regulamento da JUCESP, aprovado pelo Decreto nº 58.879, de 7 de fevereiro de 2013, e demais normas regulamentares incidentes na espécie.

Valor: Na conformidade do plano de trabalho que integra o presente instrumento, o valor estimado deste convênio é de R$

23.951.050,37 (vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, cinquenta reais e trinta e sete centavos), de responsabilidade da JUCESP, assim distribuídos:

I - R$ 4.334.536,50 (quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), relativos ao exercício de 2020;

II - R$ 4.551.263,33 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e três mil reais e trinta e três centavos), relativos ao exercício de 2021;

III - R$ 4.778.826,50 (quatro milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), relativos ao exercício de 2022 ;

IV - R$ 5.017.767,83 (cinco milhões, dezessete mil, setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos), relativos ao exercício de 2023 ;

V - R$ 5.268.656,22 (cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos), relativos ao exercício de 2024.

Publicar por omissão

**SECRETARIAS**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2021/0000712-0**

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em seguro contra acidentes pessoais para 1.500 (mil e quinhentos) alunos, matriculados nos módulos 2 e 3 para alunos da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti - Núcleo Leste e para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti - Núcleo Norte I pelo o período de 12 meses. Conforme especificações constantes do Anexo I do referido Edital. Edital. Homologação.

I – No uso das atribuições a mim conferidas por Lei, e com fulcro nas Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, na Lei Municipal 13.278/2002, nos Decretos Municipais n.º 44.279/2003 e 46.662/2005 e manifestação da Assessoria Técnico Jurídica desta Fundação (Parecer FUNDATEC/AJ n.º 055528889), a qual adoto como razão de decidir, HOMOLOGO o resultado do certame - Pregão Eletrônico n.º Nº: 21/FPETC-

-ADM/2021, para Contratação de empresa especializada em seguro contra acidentes pessoais para 1.500 (mil e quinhentos) alunos, matriculados nos módulos 2 e 3 para alunos da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti - Núcleo Leste e para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti – Núcleo Norte I pelo o período de 12 meses. Conforme especificações constantes do Anexo I do referido Edital. Segundo o critério de menor preço, conforme Ata de Realização do Pregão

Eletrônico (SEI n.º 055498334), para Seguro de vida para estagiários da Escola Makiguti Leste - Quantidade: 1.100 vidas.

Valor mensal: R$660,00 (seiscentos e sessenta reais) e Valor Anual: R$7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais), assim como para Seguro de vida para os estagiários da Escola Makiguti Norte I - Quantidade: 400 vidas. Valor mensal: R$240,00 (duzentos e quarenta reais) Valor Anual: R$2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), no qual a pregoeira ADJUDICOU a empresa SEGUROS SURA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.065.699/0001-27, pelo valor Global de R$ 10.800,00. Conforme Ata de Realização do Pregão, SEI nº 055498334.

II - Em consequência, fica autorizada a emissão da competente nota de empenho para o presente exercício, onerando a dotação 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.39.0000, no valor de R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) referente à Escola Makiguti Leste, não havendo necessidade de emissão de Empenho para a Escola Makiguti Norte já que a previsão de início dos estágios para o mês de fevereiro 2022. Para o próximo exercício, deverá ser onerada dotação própria.

III- O fiscal de contrato referente a Escola Makiguti Leste será o Sr. Thiago Possato Medeiros RF: 853.407-1 e como suplente Sr. Pedro Leon Brito Aguilar Peres RF: 853.405-5, referente a Escola Makiguti Núcleo Norte I fica indicado como fiscal o Sr. Plinio Barbosa Bronzeri RF: 883.251-0 e como suplente: Sr. Fabio França Coutinho RF: 883.148-3.

**EDITAIS PAG. 54**

**GABINETE DO PREFEITO**

CASA CIVIL

CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA - COMAP

**ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**– COMAP REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Ao dia 26 do mês de novembro do ano de 2021, às 11 horas e 30 minutos, sob a presidência da Senhora Bruna Borghetti Camara Ferreira Rosa, Casa Civil, realizou-se a 45ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Administração Pública – COMAP de 2021, na sala de reuniões do nono andar, estando presentes os seguintes membros: Tatiana Regina Rennó Sutto, de SGM, Maria Lucia Palma Latorre de SMJ, Paola Kuhn Dupont do Gabinete do Prefeito e Raissa Marques Agostinho do Gabinete do Prefeito. O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514, de 20 de março de 2009, e posteriores alterações e seus membros nomeados por meio da Portaria 161 – SGM, de 11 de julho de 2019, bem como por suas respectivas alterações.

A ata possui número SEI 6010.2021/0003976-6.

Dado início a 45ª Reunião Ordinária de 2021, seguem abaixo o resumo das deliberações:

1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas Secretarias e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas, as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto n°

50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:

**PROCESSO SEI SECRETARIA NOME**

6011.2021/0002873-5 GABPREF REBECA MARIA SOUZA LOPES

6014.2021/0003336-0 SEHAB JOSÉ REINALDO FERREIRA

6014.2021/0003344-1 SEHAB ARMANDO LOPES LEAL JUNIOR

6019.2021/0003628-6 SEME NATACHA REID SULAHIAN FERREIRA

6017.2021/0061197-2 SF VANESSA CAMPOS SILVA SCALLI

6011.2021/0002842-5 SGM GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA CARVALHO

6011.2021/0002841-7 SGM MARINA MEDEIROS DE OLIVEIRA SANTOS

6011.2021/0002841-7 SGM MARIA LUIZA OLIVEIRA GEDEON

6011.2021/0002860-3 SGM GUSTAVO ARAUJO CANHAN

6011.2021/0002860-3 SGM ANDRE MARTINS DA SILVA

6011.2021/0002860-3 SGM MARIA RITA TRAJANO DA SILVA

6011.2021/0002860-3 SGM ELAINE TRINDADE MUNHOZ

6011.2021/0002860-3 SGM ROGERIO PORTO WILTENBURG

6011.2021/0002860-3 SGM ALESSANDRA DE SOUSA JARDIM

6011.2021/0002868-9 SGM JORGE GOMES NETO

6024.2021/0010234-0 SMADS CARLOS EDUARDO DA SILVA SOUZA

6024.2021/0010408-4 SMADS THALINE FELIX TRINDADE DE SOUZA

6024.2021/0011006-8 SMADS GILSON ALEXANDRE DE OLIVEIRA

6024.2021/0010979-5 SMADS TATIANA AMENDOLA BARBOSA LIMA

6025.2021/0025885-0 SMC JULIANO TUSCHTLER ARAUJO CARVALHO

6025.2021/0025888-5 SMC JOÃO BATISTA AMARO

6025.2021/0025884-2 SMC JANINE SOUZA NASCIMENTO

6025.2021/0025275-5 SMC THAYANE NEVES DE CAMPOS

6064.2021/0001653-1 SMDET KATIA MARIA GOMES

6074.2021/0007977-5 SMDHC CARLA SIMONE DA SILVA

6074.2021/0007976-7 SMDHC MARIZA ANGELICA LAITANO BESSA

6016.2021/0120186-1 SME ANDRESSA BIGIDO LINARD

6023.2021/0001856-5 SMIT GABRIELA LIMA SANTOS

6023.2021/0001856-5 SMIT PRISCILLA EVELYN CUBAS DE MORAES

6023.2021/0001856-5 SMIT MARIANA MACEDO DE SOUZA

6023.2021/0001877-8 SMIT WESLEY VIEIRA

6023.2021/0001877-8 SMIT FERNANDA LIAL DE BRITO

6073.2021/0000389-7 SMRI ALAN BARBOZA MATHEUS

6210.2021/0010827-7 SMS ROSÂNGELA DELLA SÁVIA CORREIA

6210.2021/0010826-9 SMS ALINE DE CASTRO BARBOSA

6210.2021/0010841-2 SMS TATIANA MOURAO BERTOLINO

6110.2021/0016022-4 SMS REGIGE SAID ASSAF

6018.2021/0063393-9 SMS ADALBERTO KIOCHI AGUEMI

6018.2021/0087989-0 SMS SABRINA KELLY RAMOS MENDES

6018.2021/0083645-7 SMS ENOCH QUINDERE DE SA BARRETO

6018.2021/0082067-4 SMS ANDREA COSTA MOREIRA

6018.2021/0086501-5 SMS DANIELA CAMILA MOREIRA DE MORAES

6018.2021/0083648-1 SMS TANIA DE OLIVEIRA ORTEGA

6018.2021/0089628-0 SMS ADRIANA ALVES DA SILVA RAMALHO

6029.2021/0017328-8 SMSU CAIQUE DA CONCEIÇÃO

6040.2021/0001610-7 SMSUB EDUARDO ALVES AGUIAR

6040.2021/0001609-3 SMSUB EMILLE CARLA FERNANDES DA SILVA

6042.2021/0002590-5 SMSUB JESSE ANACLETO GONCALVES DE SOUZA

6042.2021/0002596-4 SMSUB JORGE LUIS BORGES

6042.2021/0002591-3 SMSUB RENAN MASSABNI MARTINS

6042.2021/0002571-9 SMSUB GIOVANO DE ANDRADE NASCIMENTO

6042.2021/0002592-1 SMSUB ANDRE LUIS OLIVEIRA FONSECA

6042.2021/0002603-0 SMSUB MONICA HUSSEIN NASSER

6042.2021/0002597-2 SMSUB JOSE FRUTUOZO DA SILVA

6044.2021/0006850-8 SMSUB ROSANA FELIPE MIOTO

6046.2021/0008272-2 SMSUB DIOGENES CARRENHO CAMILLO

6046.2021/0008277-3 SMSUB ALDERICO ELEUTERIO

6055.2021/0003085-3 SMSUB EDILBERTO DO CARMO LEITE

6052.2021/0004344-4 SMSUB VANESSA DA SILVA ARAUJO

6052.2021/0004345-2 SMSUB ALENCAR LINO GALVAO NETO

6052.2021/0004343-6 SMSUB FELIX QUISPE MARQUEZ

6012.2021/0011274-0 SMSUB RELANDRA OLIVEIRA SANTOS

6012.2021/0011284-7 SMSUB JULIANA UCHOA DOS SANTOS

6012.2021/0011285-5 SMSUB AURELIO COSTA DE OLIVEIRA

6012.2021/0011287-1 SMSUB ALMIR JOSE DOS SANTOS

6012.2021/0011288-0 SMSUB JORGE FERREIRA COSTA

6012.2021/0011289-8 SMSUB CLAUDIO LOGUERCIO

6012.2021/0011275-8 SMSUB WELLINGTON COSTA DOS SANTOS

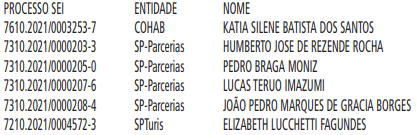
6012.2021/0011278-2 SMSUB TATIANE FELIX LOPES

6012.2021/0011322-3 SMSUB WILSON ALVES DE SOUZA

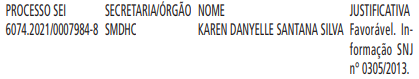
6068.2021/0011739-9 SMUL PRISCILA MAZINI PEREIRA DA SILVA

6027.2021/0015092-9 SVMA MAYSA FERNANDA SILVA CORREA

2. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas entidades da Administração Pública Indireta e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas, as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto n° 50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:



3. Foram, ainda, analisados e aprovados pelo conselho os casos que continham vínculos familiares abaixo discriminados:

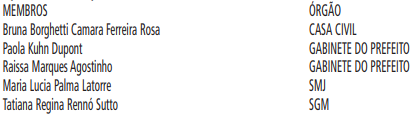


4. Foram, ainda, analisados e aprovados pelo Conselho os casos de substituição e confirmações para Conselhos de Administração, Fiscal, Diretoria e/ou Presidência de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista:



5. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos e lavrou a presente ata, que, depois de lida e

aprovada, foi por todos os membros assinada.



**EDITAIS PAG. 54**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 8110.2021/0000883-5

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 20/2021

CONTRATANTE: Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura

CONTRATADO(a): VINÍCIUS MELO CARDOSO

OBJETO: Prestação de serviços para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, para atuar como oficineiro na execução de cursos de educação profissional com vistas a possibilitar aos munícipes da cidade de São Paulo o desenvolvimento de competências, conhecimentos e habilidades, voltadas para elevação de sua trabalhabilidade e consequentemente inserção produtiva e geração de renda Temática: Mentor (Desenvolvimento de Habilidades Pessoais e Profissionais)

VALOR: R$ 55,00 por hora/aula.

DOTAÇÃO Fonte 00, dotação orçamentária 80.10.12.363.30

19.2416.3390.3600.00 (pessoa física) e 80.10.12.363.3019.241

6.3390.4700.00 (INSS Patronal)

NOTA DE EMPENHO Nº 387/2021

DO OBJETO

O presente tem por objeto a contratação, com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02 combinado com o artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8666/1993, do contratado (a) acima qualificado para prestar serviços para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, os oficineiros – tutores e mentores - deverão prestar serviços para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, para atuar na execução de cursos de educação profissional com vistas a possibilitar aos munícipes da cidade de São Paulo o desenvolvimento de competências, conhecimentos e habilidades, voltadas para elevação de sua trabalhabilidade e consequentemente inserção produtiva e geração de renda (Temática - Mentor Desenvolvimento de Habilidades Pessoais e Profissionais) direcionada, de acordo com a proposta apresentada e classificada por ocasião do credenciamento que precede este contrato e do respectivo Edital, e seus Anexos, que dele ficam fazendo parte integrante para todos os fins e independentemente de transcrição.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses com data de início a contar de 25 de novembro de 2021. A extinção do contrato se dará a partir do cumprimento desse período ou execução total do empenho, o que se der primeiro.

As atividades serão desenvolvidas conforme as diretrizes definidas nas atividades de planejamento pedagógico e os cronogramas estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Credenciamento que precedeu o presente e dele faz parte integrante.

O contrato poderá ser prorrogado, conforme art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

DOS VALORES E DOTAÇÃO

O valor estimado do presente Contrato é de R$ 20.240,00 (Vinte mil, duzentos e quarenta reais), referente a carga horária estimada de 368 horas (36 horas no exercício 2021 e 332 horas no exercício 2022), considerado que o (a) Contratado(a) receberá o valor de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), por hora de oficina efetivamente realizada, totalizando até 16 (dezesseis) horas por semana.

O valor indicado é bruto, sujeito aos impostos previstos em lei e abrange todos os custos e despesas direta e indiretamente envolvidas, não sendo devido qualquer outro valor ao(a) contratado(a), seja a que título for.

No caso do oficineiro já contribuir com INSS deverá fornecer, no momento de contratação, a Declaração de Retenção de INSS e comprovante da retenção.

A Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura não se responsabilizará, em hipótese alguma, pelos materiais e recursos, além dos oferecidos pela infraestrutura dos previamente informados, necessários à realização das oficinas com fins de cumprimento do contrato.

Os recursos necessários onerarão a Fonte 00, dotação orçamentária 80.10.12.363.3019.2416.3390.3600.00 (pessoa física) e 80.10.12.363.3019.2416.3390.4700.00 (INSS Patronal) do orçamento vigente, dotação apropriada no exercício vindouro, se o caso.

DATA DA ASSINATURA:25/11/2021.

**LICITAÇÕES PAG. 70**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

Pregão Eletrônico nº : 21/FPETC/2021

Processo nº : 8110.2021/0000712-0

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais

DE ALUNOS MATRICULADOS NOS MÓDULOS II E III, para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti, situada a Av. dos Metalúrgicos 1945, Cidade Tiradentes, São Paulo – SP, e para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Prof. Makiguti – Núcleo Norte I situada na Rua Voluntários da Pátria 777, Santana, São Paulo/SP, administradas pela Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital

Às 09:30:33 horas do dia 26 de Novembro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Mayra Brito dos Santos Leite e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio:

Diomar Araujo Barbosa e Julianna Rosa Del Cielo, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 801085801002021OC00021.

Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Resultado da Sessão Pública

Encerrada sem recurso

ITEM 1

Descrição: SERVICO DE SEGURO DE VIDA, ACIDENTES

PESSOAIS-COLETIVO OU INDIVIDUAL

Quantidade / Unidade de Fornecimento: 12 / MES

Menor Valor: 10.800,0000

CNPJ/CPF - Vencedor: 33065699000127 - SEGUROS SURA S.A.

Propostas Entregues: 4

Desistência de Propostas: 0

Propostas Restantes: 4

Propostas Classificadas: 4

Resultado do Item: Adjudicado

Justificativa: A EMPRESA APRESENTA DOCUMENTAÇÃO NA

REGULARIDADE E PROPOSTA DENTRO DO REFERENCIAL.

A integra da Ata de Realização poderá ser consultada pelo site www.bec.sp.gov.br, OC 801085801002021OC00021.